



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

PROCESSO TC Nº 17749/13

Origem: Prefeitura Municipal de Remígio - PB
Natureza: Inspeção Especial de Gestão de Pessoal
Relator: Conselheiro Arnóbio Alves Viana

ATO DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL.
Inspeção Especial de Gestão de Pessoal.
Acumulação de cargos, empregos e funções
públicas. Necessidade de adoção de providências.
Assinação de prazo.

RESOLUÇÃO RC2 – TC -00140/2016

RELATÓRIO

Cuida-se de processo de inspeção especial de gestão de pessoal instaurado para examinar acumulação de cargos, empregos e funções públicas no âmbito da **Prefeitura Municipal de Remígio – PB**, uma vez que foram identificadas por este Tribunal, várias acumulações contrariando o comando inserto no art. 37, incisos XVI e XVII da Constituição da República.

Após regular instrução, a Auditoria registrou que o Município não enviou a tabela preenchida na forma requerida no Relatório Inicial, impossibilitando a verificação quanto à tomada de providências inerentes à permanência ou não das acumulações.

O Ministério Público Especial opinou pela baixa de resolução, concedendo prazo extraordinário de 120 (cento e vinte) dias ao Prefeito Constitucional de Remígio, para fins de conclusão dos procedimentos administrativos disciplinares e comprovação da regularização, sob pena de responsabilização pessoal, com a aplicação das penalidades cabíveis.

O processo foi agendado sem intimações.

É o relatório



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

PROCESSO TC Nº 17749/13

VOTO DO RELATOR

É importante destacar que a Constituição Federal, em seu art. 37, incisos XVI e XVII, veda peremptoriamente a acumulação remunerada de cargos, empregos e funções públicas, abrangendo, inclusive a administração indireta, exceto para aqueles casos expressamente previstos na norma constitucional.

Com efeito, os mencionados textos constitucionais, insertos na Constituição da República de 1988, vieram disciplinar e moralizar o exercício remunerado de mais de uma atividade pública. Acerca da matéria, merece destaque a doutrina de Hely Lopes Meirelles (Direito Administrativo Brasileiro, 28 ed., São Paulo, Malheiros Editores, 2003, p. 419):

A proibição de acumulação remunerada de cargos, empregos e funções, tanto na Administração direta como nas autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias e sociedades controladas direta ou indiretamente pelo Poder Público (CF, art. 37, XVI e XVII), visa a impedir que um mesmo cidadão passe a ocupar vários lugares ou a exercer várias funções sem que as possa desempenhar proficientemente, embora percebendo integralmente os respectivos vencimentos.

Neste sentido, é importante enfatizar o entendimento do eg. Supremo Tribunal Federal – STF, acerca do momento para opção por um dos cargos, empregos ou funções públicas, que deve ocorrer no prazo estabelecido pela administração na notificação, sob pena de caracterização de má-fé do servidor:

ADMINISTRATIVO. RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA. CONCEITO. CONCEITOS JURÍDICOS. SERVIDOR PÚBLICO. ACUMULAÇÃO DE CARGOS. NÃO-EXERCÍCIO DO DIREITO DE OPÇÃO NO PRAZO LEGAL. MÁ-FÉ CONFIGURADA. 1. Para efeitos do disposto no art. 37, XVII, da Constituição são sociedades de economia mista aquelas - anônimas ou não - sob o controle da União, dos Estados-membros, do Distrito Federal ou dos Municípios, independentemente da circunstância de terem sido "criadas por lei". 2. Configura-se a má-fé do servidor que acumula cargos públicos de forma ilegal quando, embora devidamente notificado para optar por um dos cargos, não o faz, consubstanciando, sua omissão, disposição de persistir na prática do ilícito. 3. Recurso a que se nega provimento. (STF – 1ª Turma –



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

PROCESSO TC Nº 17749/13

RMS nº 24249/DF, Rel. Min. Eros Grau, Diário da Justiça, 03 jun. 2005. p. 00045)

Desse modo, considerando que as providências para regularização das inconformidades apontadas pela Auditoria demandam certo tempo, haja vista a necessidade de assegurar o direito ao contraditório e a ampla defesa aos servidores envolvidos, com a necessidade de abertura de processo administrativo, voto pela **assinção do prazo de 90 (noventa) dias** para que o Prefeito de Remígio adote as providências visando à conclusão dos procedimentos administrativos disciplinares, e, posteriormente apresente a esta Corte de Contas a comprovação da regularização, sob pena de responsabilização pessoal, com a aplicação das penalidades cabíveis.

É o voto.

DECISÃO DA 2ª CÂMARA DO TCE/PB

Vistos, relatados e discutidos os autos do **Processo TC 17749/13**, referentes à inspeção especial de gestão de pessoal instaurada para examinar acumulação de cargos, empregos e funções públicas no âmbito da **Prefeitura Municipal de Remígio, RESOLVEM**, os membros da **2ª CÂMARA** do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba, à unanimidade, nesta data, conforme voto do Relator, **ASSINAR PRAZO de 90 (noventa) dias** para que o Prefeito de Remígio adote as providências visando à conclusão dos procedimentos administrativos disciplinares, e, posteriormente apresente a esta Corte de Contas a comprovação da regularização, sob pena de responsabilização pessoal, com a aplicação das penalidades cabíveis.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.
TCE – Sala das Sessões da 2ª Câmara.
Miniplenário Cons. Adailton Coêlho Costa, em 02 de agosto de 2016

Assinado 12 de Setembro de 2016 às 10:58



Cons. Arnóbio Alves Viana
PRESIDENTE E RELATOR

Assinado 13 de Setembro de 2016 às 13:21



Cons. André Carlo Torres Pontes
CONSELHEIRO

Assinado 13 de Setembro de 2016 às 07:44



Cons. Antônio Nominando Diniz Filho
CONSELHEIRO

Assinado 26 de Setembro de 2016 às 11:47



Manoel Antonio dos Santos Neto
MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO